

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA
COMUNICADO N.º 3/2026
Maputo, 25 de Maio de 2026

Taxa de Juro de Política Monetária mantida em 9,25 %

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 9,25 %. Esta decisão decorre da prevalência de elevadas incertezas quanto à duração do conflito no Médio Oriente e o conseqüente impacto sobre a cadeia logística e oferta de bens, bem como sobre os preços internacionais e domésticos dos combustíveis e alimentos.

Adicionalmente, o CPMO decidiu aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional de 29,0% para 39,0%, visando absorver a liquidez excedentária no sistema bancário, susceptível de gerar maior pressão inflacionária. Entretanto, o CPMO decidiu manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda estrangeira em 29,5%.

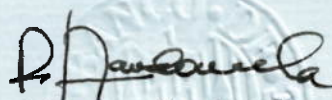
A previsão da inflação foi revista em alta. Em Abril de 2026, a inflação anual fixou-se em 4,4 %, após 3,4 % em Março. A inflação subjacente, que exclui frutas e vegetais e bens com preços administrados, manteve-se estável. Entretanto, no curto e médio prazo, antevê-se uma aceleração da inflação, podendo atingir dois dígitos, dependendo da duração do conflito no Médio Oriente. A previsão da inflação reflecte os efeitos directos e indirectos do ajustamento dos preços domésticos dos combustíveis líquidos, da intermitência no seu fornecimento e da inflação importada, não obstante a estabilidade do Metical e a fraca actividade económica.

Os riscos e incertezas associados às projecções da inflação continuam a agravar-se. A nível doméstico, evidenciam-se riscos e incertezas quanto à magnitude dos efeitos indirectos do aumento dos preços dos combustíveis sobre a cadeia logística e a oferta de bens; ao ritmo de reposição da capacidade produtiva na sequência das inundações que assolaram o País no primeiro trimestre do ano; e aos efeitos do agravamento do risco fiscal, com destaque para os atrasos nos pagamentos devidos pelo Estado. A nível externo, destacam-se as incertezas quanto à duração e magnitude do impacto do conflito geopolítico no Médio Oriente sobre a cadeia logística e a oferta de bens, bem como sobre os preços dos produtos energéticos e alimentares.

O endividamento público e os atrasados da dívida interna e externa mantêm-se elevados, afectando o normal funcionamento do mercado financeiro e a liquidez bancária. A dívida pública interna, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, situa-se em 493,1 mil milhões de meticais, o que representa um aumento de 18,5 mil milhões em relação a Dezembro de 2025, e uma fonte de aumento da liquidez bancária. Persistem os atrasos no pagamento da dívida pública interna e externa, incluindo com as instituições financeiras nacionais e os credores multilaterais, com impactos, entre outros, na fraca apetência por títulos públicos, na rigidez das taxas de juro do mercado monetário interbancário e na avaliação do risco do País.

A direcção da política monetária continuará condicionada à avaliação dos riscos e incertezas subjacentes às projecções da inflação.

A próxima reunião ordinária do CPMO está marcada para o dia 29 de Julho de 2026.



Rogério Lucas Zandamela
Governador